

## SUMÁRIO

Prefácio – REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA .....	5
Apresentação – JOSÉ MAURICIO CONTI .....	7
Abreviaturas .....	9

### Lei 4.320, de 17 de março de 1964

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

ELCIO FIORI HENRIQUES (ARTS. 1.º A 8.º)

Art. 1.º .....	27
1.1 As normas gerais de direito financeiro .....	27

#### TÍTULO I

#### Da Lei do Orçamento

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

Art. 2.º .....	30
2.1 Conteúdo e função da Lei de Orçamento .....	31
2.2 Princípios orçamentários .....	32
2.2.1 Princípio da unidade .....	32
2.2.2 Princípio da universalidade .....	32
2.2.3 Princípio da anualidade .....	32
2.3 Composição da Lei de Orçamento .....	33
2.4 Quadros demonstrativos da Lei de Orçamento .....	33
2.5 Novas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	33
Art. 3.º .....	34
3.1 O princípio da universalidade .....	34
3.2 Operações de crédito e seus limites .....	35
3.3 Vedações a operações de crédito .....	37
Art. 4.º .....	38
4.1 Abrangência da Lei de Orçamento e princípio da universalidade .....	39
Art. 5.º .....	39
5.1 Vedação às dotações globais .....	40
Art. 6.º .....	40
6.1 O princípio da universalidade e a vedação às deduções .....	41
6.2 Contabilização das transferências .....	41

Art. 7.º .....	42
7.1 A previsão orçamentária da abertura de créditos suplementares .....	42
7.2 Déficit orçamentário – Fontes de cobertura .....	43
7.3 As receitas de capital no orçamento.....	43
Art. 8.º .....	43
8.1 Discriminação de receitas e despesas dos órgãos .....	44

## Capítulo II Da receita

FLÁVIO RUBINSTEIN (ARTS. 9.º A 11)

Art. 9.º .....	45
9.1 Escopo .....	46
9.2 Classificações das receitas públicas .....	46
9.3 Receitas originárias .....	48
9.4 Receitas derivadas .....	49
9.5 Receitas derivadas tributárias .....	50
9.6 Destinação legal das receitas tributárias .....	53
Art. 10. ( <i>Vetado.</i> ) .....	54
Art. 11 .....	54
11.1 Escopo .....	55
11.2 Receitas correntes .....	59
11.3 Receitas de capital .....	62
11.4 Superávit do orçamento corrente .....	64
11.5 Projeto de Lei Complementar 135/1996.....	64

## Capítulo III Da despesa

KLEBER LUIZ ZANCHIM (ARTS. 12 A 21)

Art. 12 .....	65
12.1 As categorias econômicas – Critério de classificação .....	66
12.2 Despesas de custeio e transferências correntes .....	68
12.3 Investimentos, inversões financeiras e transferências de capital .....	69
Art. 13 .....	70
13.1 Categorias econômicas de despesa – Decomposição .....	71
13.2 Despesas de custeio .....	72
13.3 Transferências correntes .....	73
13.4 Investimentos .....	75
13.5 Inversões financeiras.....	76
13.6 Transferências de capital .....	77

Art. 14 .....	77
14.1 A unidade orçamentária .....	77
Art. 15 .....	78
15.1 Elementos de despesa.....	78

### Seção I

#### *Das despesas correntes*

#### Subseção Única

#### Das transferências correntes

I) Das subvenções sociais .....	79
Art. 16 .....	79
16.1 Requisitos para subvenções sociais .....	79
16.2 Valor das subvenções .....	80
Art. 17 .....	81
17.1 Condições do beneficiário de subvenções .....	81
II) Das subvenções econômicas .....	81
Art. 18 .....	81
18.1 Destino das subvenções econômicas.....	81
Art. 19 .....	82
19.1 Ajuda financeira.....	82

### Seção II

#### *Das despesas de capital*

#### Subseção I

#### Dos investimentos

Art. 20 .....	83
20.1 Discriminação da despesa .....	83

#### Subseção II

#### Das transferências de capital

Art. 21 .....	85
21.1 Extensão da restrição à transferência de capital.....	85

### TÍTULO II

#### Da proposta orçamentária

#### Capítulo I

#### Conteúdo e forma da proposta orçamentária

JOSÉ MAURICIO CONTI (ARTS. 22 A 33)

Art. 22 .....	87
22.1 Forma e conteúdo da proposta orçamentária .....	88
22.1.1 A Mensagem do Chefe do Poder Executivo.....	88
22.1.2 O projeto de lei de orçamento – Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas.....	89
22.1.3 As tabelas explicativas e as estimativas de receitas e despesas .....	90
22.1.4 Os programas de trabalho .....	91
22.1.5 Outros itens .....	91
22.2 Iniciativa legislativa da proposta orçamentária .....	92

## Capítulo II

### Da elaboração da proposta orçamentária

#### Seção I

##### *Das previsões plurianuais*

Art. 23 .....	93
23.1 Principais conceitos .....	93
23.2 O Plano Plurianual (PPA) e os anexos de metas e riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	93
Art. 24 .....	94
24.1 Principais conceitos .....	94
24.2 O Plano Plurianual e os anexos de metas e riscos fiscais da LDO .....	95
24.3 Conteúdo e elaboração do Plano Plurianual.....	96
Art. 25 .....	97
25.1 Os programas de trabalho .....	97
25.2 Metas.....	98
Art. 26 .....	99
26.1 Principais conceitos .....	99

#### Seção II

##### *Das previsões anuais*

Art. 27 .....	100
27.1 A fase administrativa de elaboração da proposta orçamentária.....	101
27.2 As propostas parciais .....	105
Art. 28 .....	106
28.1 Unidades administrativas e unidades orçamentárias.....	106
28.2 Os sistemas informatizados de elaboração das propostas orçamentárias.....	107
Art. 29 .....	109
29.1 Principais conceitos .....	109
29.2 Previsões e demonstrativos da receita arrecadada.....	110

Art. 30 .....	112
30.1 Estimativa da receita para a proposta orçamentária.....	112
Art. 31 .....	114
31.1 Revisão e coordenação das propostas .....	114

### TÍTULO III

#### Da elaboração da Lei de Orçamento

Art. 32 .....	115
32.1 Prazos .....	115
32.2 “Anomia” orçamentária .....	116
32.2.1 Não encaminhamento do projeto pelo Chefe do Executivo .....	116
32.2.2 Não devolução pelo Poder Legislativo ou não sanção tempestiva pelo Chefe do Poder Executivo .....	117
32.2.3 Rejeição do projeto de lei .....	118
32.3 Crimes e infrações.....	118
Art. 33 .....	119
33.1 A fase legislativa e as emendas parlamentares.....	119

### TÍTULO IV

#### Do exercício financeiro

JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO (ARTS. 34 A 39)

Art. 34 .....	121
34.1 Exercício financeiro .....	121
Art. 35 .....	123
35.1 Regime da gestão financeira .....	123
Art. 36 .....	125
36.1 Restos a pagar.....	126
Art. 37 .....	129
37.1 Despesas de exercício encerrado ou findo .....	129
Art. 38 .....	131
38.1 Anulação de despesas.....	131
Art. 39 .....	133
39.1 Créditos da Fazenda Pública e dívida ativa.....	134

### TÍTULO V

#### Dos créditos adicionais

ROGÉRIO SANDOLI DE OLIVEIRA (ARTS. 40 A 46)

Art. 40 .....	137
---------------	-----

40.1	Conceito de créditos adicionais.....	137
40.2	Créditos adicionais e a eficiência do planejamento governamental.....	138
40.3	Créditos adicionais e remanejamento, transposição e transferência.....	138
40.4	Referências legais.....	140
Art. 41	.....	140
41.1	Espécie de créditos adicionais.....	141
41.2	Créditos adicionais suplementares.....	141
41.3	Créditos adicionais especiais.....	141
41.4	Créditos adicionais extraordinários.....	141
Art. 42	.....	142
42.1	A competência legislativa.....	142
42.2	Margem de remanejamento.....	143
Art. 43	.....	145
43.1	Existência de recursos e necessidade de prévia justificativa.....	145
43.2	Recursos.....	146
43.3	Superávit financeiro.....	146
43.4	Excesso de arrecadação.....	146
43.5	Anulação de despesas.....	146
43.6	Operações de crédito.....	147
Art. 44	.....	148
44.1	Créditos extraordinários – Abertura por decreto.....	148
44.2	Abertura de créditos adicionais extraordinários por medida provisória.....	148
Art. 45	.....	150
45.1	Vigência dos créditos adicionais.....	150
45.2	Créditos adicionais especiais e extraordinários com vigência plurianual.....	150
Art. 46	.....	151
46.1	Requisitos formais do ato de abertura do crédito adicional.....	151

## TÍTULO VI

### Da execução do orçamento

#### Capítulo I

#### Da programação da despesa

ALEXSANDRA KATIA DALLAVERDE (ARTS. 47 A 50)

Art. 47	.....	152
47.1	A programação das despesas públicas.....	152
47.2	Evolução conceitual da programação da despesa.....	154
47.3	Aspectos temporais da programação da despesa.....	156
47.4	A programação da despesa e a autonomia dos Poderes.....	157

Art. 48 .....	158
48.1 Fixação das cotas: objetivos .....	158
48.2 Conteúdo da programação financeira .....	159
Art. 49 .....	159
49.1 Os créditos adicionais e as despesas extra-orçamentárias .....	160
Art. 50 .....	162
50.1 A flexibilidade orçamentária e a alteração das cotas .....	162

## Capítulo II

### Da receita

EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO (ARTS. 51 A 57)

Art. 51 .....	164
51.1 Tributo .....	164
51.2 Princípio da legalidade tributária .....	167
51.2.1 Legalidade .....	167
51.2.2 Tipicidade .....	167
51.2.3 Reserva da lei .....	168
51.2.4 Exceções à reserva absoluta da lei .....	169
51.2.5 A medida provisória e a reserva da lei .....	169
51.3 Princípio da anualidade ou da prévia autorização orçamentária .....	170
Art. 52 .....	172
52.1 Impostos diretos .....	172
52.1.1 Impostos .....	172
52.1.1.1 Impostos diretos e indiretos .....	172
52.2 Outras rendas .....	172
Art. 53 .....	173
53.1 O lançamento .....	173
53.1.1 O lançamento como procedimento e seu objetivo .....	173
53.1.2 Lançamento e os graus sucessivos de eficácia da obrigação tributária .....	173
Art. 54 .....	175
54.1 A expressão “compensação da observação” .....	175
54.2 A compensação contra a Fazenda Pública .....	175
Art. 55 .....	176
55.1 Recibos de arrecadação .....	177
Art. 56 .....	177
56.1 Princípio da unidade de tesouraria .....	177
Art. 57 .....	178
57.1 Receita orçamentária .....	178
57.2 Escrituração da receita orçamentária .....	178

## Capítulo III Da despesa

SÉRGIO ASSONI FILHO (ARTS. 58 A 70)

Art. 58 .....	179
58.1 Despesa pública e legalidade .....	179
58.2 Empenho da despesa pública .....	180
Art. 59 .....	181
59.1 Limitação de empenho .....	182
59.2 Vedações de empenho aos agentes públicos .....	182
Art. 60 .....	185
60.1 Empenho e controle orçamentário .....	185
60.2 Empenho e realização de despesa .....	186
Art. 61 .....	186
61.1 Nota de empenho e autorização restrita da despesa pública .....	187
61.2 Elementos da nota de empenho.....	187
Art. 62 .....	188
62.1 As fases da despesa pública .....	188
62.2 Prévia liquidação e garantia de adimplemento .....	188
Art. 63 .....	189
63.1 Liquidação da despesa pública e implemento de condição .....	189
63.2 Liquidação da despesa pública e direito do credor.....	190
Art. 64 .....	190
64.1 Ordem de pagamento da despesa pública .....	190
64.2 Emissão da ordem de pagamento e contabilidade pública .....	191
Art. 65 .....	191
65.1 Pagamento da despesa pública .....	191
65.2 Pagamento e extinção da obrigação.....	192
Art. 66 .....	192
66.1 Centralização administrativa do empenho .....	192
66.2 Remanejamento orçamentário das despesas de pessoal.....	193
Art. 67 .....	193
67.1 Precatório e pagamento da despesa pública.....	193
67.2 Precatório e responsabilidade fiscal.....	197
Art. 68 .....	197
68.1 Adiantamento e realização da despesa pública .....	197
68.2 Adiantamento e excepcionalidade da despesa pública .....	198
Art. 69 .....	199
69.1 Adiantamento e agente público .....	199
69.2 Impedimentos ao adiantamento.....	200



Art. 70 .....	201
70.1 Despesa pública e princípio da licitação .....	201
70.2 Despesa pública e responsabilidade fiscal.....	202

## TÍTULO VII

### Dos fundos especiais

CLEUCIO SANTOS NUNES (ARTS. 71 A 74)

Art. 71 .....	204
71.1 Origens .....	204
71.2 Conceito .....	208
71.3 Classificação .....	211
71.3.1 Fundos especiais (típicos) .....	211
71.3.1.1 Fundos especiais contábeis e financeiros .....	213
71.3.2 Fundos atípicos .....	215
71.3.3 Ponderações à prática de criação de fundos .....	217
Art. 72 .....	218
72.1 Previsão das receitas dos fundos especiais no orçamento .....	218
Art. 73 .....	219
73.1 Da transferência de eventual saldo positivo ao fundo na passagem do exercício financeiro .....	219
Art. 74 .....	220
74.1 Controle de gestão dos fundos .....	220

## TÍTULO VIII

### Do controle da execução orçamentária

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA (ARTS. 75 A 82)

Art. 75 .....	221
75.1 A execução orçamentária e seu controle.....	221
75.2 Controle e fiscalização orçamentária.....	224
75.2.1 Amplitude do controle.....	224
75.2.2 Destinatários do comando .....	224
75.2.3 Conteúdo do controle e princípios incidentes .....	225
75.2.4 Fidelidade funcional e cumprimento do programa de trabalho .....	228

#### Capítulo II

#### Do controle interno

Art. 76 .....	229
76.1 O Poder Executivo e os tipos de controle .....	230

Art. 77 .....	230
77.1 Classificação dos tipos de controle .....	230
77.2 Controle prévio pelo controle interno .....	231
77.3 Controle prévio pelos Tribunais de Contas .....	231
Art. 78 .....	233
78.1 Princípio da prestação de contas .....	233
78.2 Prestação e tomada de contas .....	233
78.3 Tomada de Contas Especial .....	234
78.4 “Ordenador de despesas”, “administradores e demais responsáveis” e “responsável pela gestão fiscal” .....	236
Art. 79 .....	238
79.1 Órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária .....	238
79.2 Controle estabelecido no inciso III do art. 75 .....	239
Art. 80 .....	240
80.1 Cotas orçamentárias e financeiras .....	240

### Capítulo III

#### Do controle externo

Art. 81 .....	241
81.1 Competências do Legislativo e das Cortes de Contas em matéria de controle externo .....	242
Art. 82 .....	243
82.1 Categorias das contas públicas .....	243
82.2 Imprescindibilidade do parecer prévio das Cortes de Contas .....	245
82.3 Parecer prévio e o art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	246
82.4 Omissão no dever de prestar contas .....	247

### TÍTULO IX

#### Da contabilidade

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

EMERSON CESAR DA SILVA GOMES (ARTS. 83 A 100)

Art. 83 .....	248
83.1 Conceito de contabilidade .....	248
83.1.1 A informação contábil e os usuários da contabilidade .....	249
83.1.2 Contabilidade pública .....	250
83.1.3 Diferenças entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial .....	252
83.1.3.1 Diferentes objetivos .....	252
83.1.3.2 É o orçamento quem governa e não o mercado .....	253

83.1.3.3	Despesas podem determinar as receitas.....	253
83.1.3.4	O orçamento é o documento financeiro mais importante	253
83.1.3.5	As demonstrações devem conter informações sobre a execução orçamentária .....	254
83.1.3.6	Necessidade de assegurar equidade intertemporal .....	254
83.1.3.7	Receita não é indicativo da demanda por bens e serviços	254
83.1.3.8	Não há vínculo direto entre receitas e despesas.....	255
83.1.3.9	Bens de capital que podem não produzir receitas ou reduzir custos .....	255
83.1.3.10	Recursos podem ser vinculados.....	255
83.1.3.11	Não há participação acionária.....	256
83.1.4	Direito Contábil – O Direito se interessa pela contabilidade .....	256
83.1.5	História da Contabilidade Pública e do Direito Contábil no Brasil.....	257
83.1.6	Direito Contábil no Brasil .....	261
83.1.6.1	Primeira questão: autonomia científica e didática do Direito Contábil .....	261
83.1.6.2	Segunda questão: objeto do Direito Contábil .....	262
83.1.6.3	Terceira questão: competência legislativa .....	263
83.1.6.4	Quarta questão: sanções contábeis .....	263
83.1.6.5	Premissas adotadas.....	264
83.2	Situação do agente contábil.....	264
83.2.1	Situação do agente contábil no âmbito federal .....	264
Art. 84	.....	267
84.1	A contabilidade pública e o julgamento das contas .....	267
84.2	Limitações da Contabilidade Pública como auxílio à apreciação das contas.....	269
Art. 85	.....	271
85.1	Funções da Contabilidade Pública .....	271
85.1.1	Acompanhamento da execução orçamentária .....	272
85.1.2	Conhecimento da composição patrimonial .....	272
85.1.3	Determinação dos custos de serviços industriais .....	273
85.1.4	Levantamento dos balanços gerais.....	274
85.1.5	Análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.....	274
Art. 86	.....	276
86.1	Contabilidade sintética e <i>método das partidas dobradas</i> .....	276
86.2	Técnica do Evento Contábil.....	278
Art. 87	.....	280
Art. 88	.....	281
Art. 89	.....	282

89.1	Os sistemas de contas da contabilidade pública .....	282
89.1.1	Sistema orçamentário .....	283
89.1.2	Sistema Financeiro .....	284
89.1.3	Sistema patrimonial .....	284
89.1.4	Sistema compensado .....	284
89.1.5	Exemplos de fatos contábeis e os sistemas de contas afetados.....	284

## Capítulo II

### Da contabilidade orçamentária e financeira

Art. 90	.....	286
90.1	A contabilidade e a transparência das despesas públicas .....	286
Art. 91	.....	287
91.1	Registro da receita e da despesa .....	287
Art. 92	.....	292
92.1	Conceito de dívida flutuante .....	292
92.2	Restos a pagar.....	294
92.3	Serviços da dívida a pagar.....	294
92.4	Depósitos .....	294
92.5	Débitos de tesouraria .....	295
Art. 93	.....	296
93.1	Registro das operações financeiras extra-orçamentárias.....	296

## Capítulo III

### Da contabilidade patrimonial e industrial

Art. 94	.....	299
94.1	A contabilidade patrimonial.....	299
94.2	Registros analíticos dos bens permanentes.....	300
Art. 95	.....	301
Art. 96	.....	303
96.1	Inventário dos bens .....	303
Art. 97	.....	304
97.1	Registro das receitas patrimoniais .....	304
Art. 98	.....	306
98.1	Dívida fundada.....	306
Art. 99	.....	308
99.1	A contabilidade industrial na Administração Pública .....	308
Art. 100	.....	309
100.1	Variações do patrimônio líquido e conta patrimonial.....	309

## Capítulo IV Dos balanços

JOSÉ ALEXANDRE MAGRINI PIGATTO (ARTS. 101 A 106)

Art. 101 .....	312
101.1 Os demonstrativos dos resultados gerais do exercício.....	312
Art. 102 .....	316
102.1 O Balanço Orçamentário.....	316
Art. 103 .....	317
103.1 O Balanço Financeiro.....	317
Art. 104 .....	320
104.1 A Demonstração das Variações Patrimoniais.....	320
104.1.1 Receita efetiva .....	320
104.1.2 Despesa efetiva .....	321
104.1.3 Resultado da execução.....	321
104.1.4 Resultado patrimonial da execução orçamentária.....	321
104.1.5 Resultado patrimonial do exercício .....	322
104.1.6 Resultado econômico .....	322
Art. 105 .....	324
105.1 O Balanço Patrimonial .....	325
105.1.1 Ativo Financeiro .....	326
105.1.1.1 Disponível.....	326
105.1.1.2 Vinculados em c/c bancária.....	327
105.1.1.3 Realizável .....	327
105.1.2 Passivo Financeiro.....	328
105.1.3 Ativo Permanente .....	329
105.1.4 Passivo Permanente.....	329
105.1.5 Contas de compensação.....	331
Art. 106 .....	331
106.1 A avaliação do patrimônio público.....	331

## TÍTULO X

### Das autarquias e outras entidades

EMERSON CESAR DA SILVA GOMES (ARTS. 107 A 115)

Art. 107 .....	333
107.1 A Administração Pública Indireta .....	334
107.2 Dispositivo recepcionado parcialmente pela Constituição Federal de 1988.....	335
107.3 A situação das empresas estatais dependentes .....	336

107.4 A situação dos Conselhos de Fiscalização Profissional .....	337
Art. 108 .....	339
108.1 Inter-relacionamento entre os orçamentos das estatais e o Orçamento-Geral da União .....	339
Art. 109 .....	340
109.1 Publicação dos orçamentos e balanços.....	341
Art. 110 .....	341
110.1 Normas e padrões para elaboração dos orçamentos e balanços .....	341

## TÍTULO XI

### Disposições finais

Art. 111 .....	342
111.1 Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) do Ministério da Fazenda ..	342
111.2 Consolidação das contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	342
Art. 112 .....	345
112.1 Remessa das contas para consolidação .....	345
Art. 113 .....	346
113.1 Função consultiva da Secretaria do Tesouro Nacional.....	346
Art. 114 .....	346
114.1 Termo inicial de vigência da lei.....	346
Art. 115 .....	347
Bibliografia.....	349
Índice alfabético-remissivo .....	359